

Nº 70 - AGOSTO DE 2019

JORNAL DA APUB

SINDICATO DOS PROFESSORES DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA



APUB
SINDICATO

FILIADO
PROFES
FEDERAÇÃO **CUT**



FUTURE-SE

**Future-se:
de volta ao Brasil
sem direitos**

Páginas 4 e 5

Docentes organizam
exposição das atividades
e projetos da UFBA

Página 8

EDITORIAL

A universidade resiste

Após um período de expansão, interiorização e democratização do acesso, as Universidades e Institutos Federais estão sobrevivendo a uma sequência de duros golpes sofridos ao longo dos últimos anos. Docentes perseguidos, a liberdade de cátedra ameaçada, truculência em ações da Polícia Federal, contingenciamento e cortes de verbas, tentativa de desmoralização da universidade e ataques à sua autonomia, tudo isso culminando agora com o anúncio do programa “Future-se” (págs. 4 e 5). Como é de sua natureza, a comunidade universitária reagiu, debateu, mobilizou-se e vem dando respostas também nas ruas, participando de um movimento de contestação ao governo vigente que não nos permite ficarmos isolados: a pauta em defesa da educação pública e de qualidade mostrou sua capacidade de unir e levantar contingentes da população nas Jornadas de Maio, que também se prolongou no mês de junho (págs. 6 e 7). Outras manifestações virão (pág. 8) porque nossa luta deverá ser tão grande quanto os desafios impostos pelo cenário brasileiro. Em um país como o nosso, com raízes profundas fincadas na desigualdade, as Universidades têm que ser a combinação necessária entre uma instituição democrática, inclusiva e diversa com sua vocação em promover o ensino crítico, a extensão socialmente referenciada e a pesquisa científica que contribua com o desenvolvimento socioeconômico e político da nação. ■

REPARAÇÃO

Apub articula ações de apoio a atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem do Quati, no interior da Bahia



Entre os dias 27 e 28 de julho, a Apub, representada pela presidenta Raquel Nery, esteve na cidade de Coronel João Sá (BA), um dos municípios atingidos pelo rompimento da barragem do Quati, ocorrido no município de Pedro Alexandre em 11 de julho. O objetivo da viagem foi prestar solidariedade às vítimas e apoio ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que atua na região com uma brigada formada por oito militantes que acompanham a situação das famílias, organizam doações e medeiam o diálogo com o poder público

para garantir a devida reparação. De acordo com os últimos dados da prefeitura de Coronel João Sá, cerca de 2 mil pessoas estão desalojadas e 80 imóveis foram danificados, sendo que 32 foram completamente demolidos. A Apub, em companhia do MAB, visitou dois alojamentos que abrigam famílias atingidas identificando a necessidade de sanar as carências materiais e fornecer apoio psicológico. O sindicato já se movimenta nesse sentido e a expectativa é construir um grupo de trabalho reunindo docentes da UFBA e outras

universidades, outros profissionais da saúde e órgãos públicos para atender a essa demanda de forma mais permanente. Além disso, inicia uma campanha de doações de itens de higiene pessoal, cuja necessidade é mais premente no momento. A sede do sindicato, na Rua Professor Aristides Novis, 44, Federação, será ponto de coleta, mas há expectativa de expandir para mais pontos dentro da UFBA. A professora Luciene Fernandes (ICS/UFBA), vice-presidente do PROIFES-Federação também esteve presente na viagem. ■

CANAIS DE COMUNICAÇÃO DA APUB SINDICATO

www.apub.org.br

[apub.sindicato](https://www.facebook.com/apub.sindicato)

[71 3235-7433](tel:3235-7433)

[apubsindicato](https://twitter.com/apubsindicato)

[71 9.9157-0037](https://api.whatsapp.com/send?phone=991570037)

[ApubSindicato](https://www.youtube.com/c/ApubSindicato)

apub@apub.org.br

[apubsindicato](https://www.instagram.com/apubsindicato)

Quer receber informações e notícias da Apub pelo whatsapp?

Mande um Oi para 9.9157-0037

► APOSENTADORIA

Trabalhar mais para ganhar menos

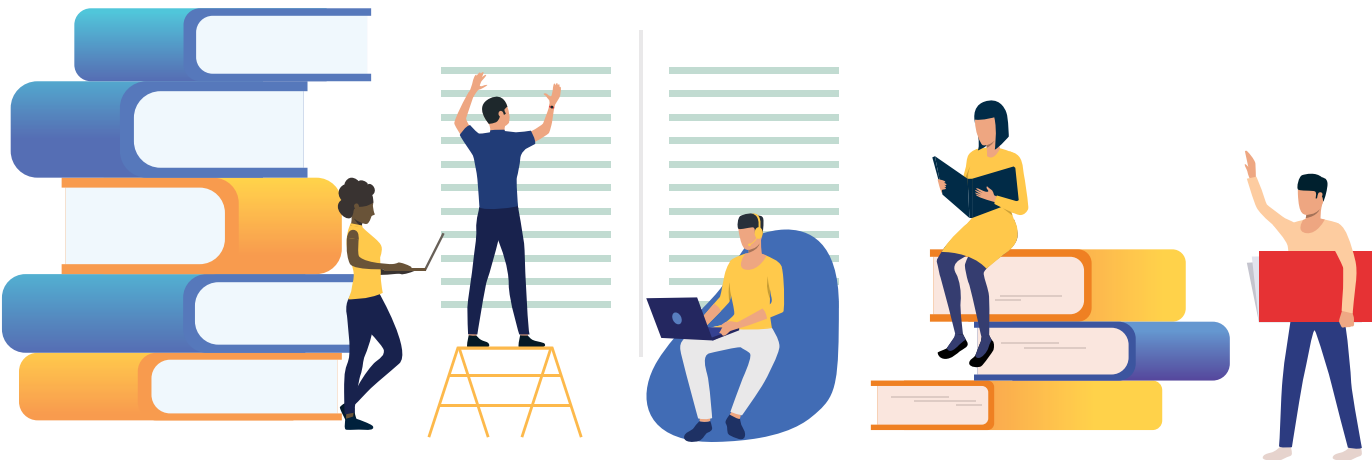
Aprovada em primeiro turno na Câmara, texto da Reforma da Previdência (PEC 06/2019) institui idade mínima e rebaixa valor dos benefícios

A Reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro passou pela Câmara dos Deputados onde sofreu algumas alterações importantes – foi excluído, por exemplo, o sistema de capitalização – mas manteve seu caráter injusto, que torna muito mais difícil o acesso à aposentadoria digna após anos de trabalho. A PEC 06/2019, sob a justificativa de acabar com privilégios e resolver um suposto déficit previdenciário, é parte de um projeto de retirada de direitos e garantias sociais; cabe lembrar que a disputa pela Reforma da Previdência vem desde o golpe de 2016, com a PEC 287/2016, do governo de Michel Temer, barrada após muita mobilização e pressão dos movimentos sociais.

Mas o que torna essa reforma tão nociva? Em linhas gerais, a Reforma da Previdência acaba com a aposentadoria por tempo de contribuição; institui uma idade mínima de aposentadoria, sendo 62 anos para as mulheres e 65 para os homens, com tempo de mínimo de contribuição de 15 e 20 anos, respectivamente. Determina o fim do abono salarial do PIS/Pasep para quem ganha mais de R\$ 1.364,43; redução no valor da aposentadoria por invalidez, no auxílio doença e na pensão de viúvas, viúvos e órfãos, pois se atualmente recebem 100% do benefício após a morte do contribuinte do INSS, com a Reforma receberão apenas 50% e mais 10%, por dependente. Além disso, a nova metodologia do cálculo rebaixa o valor do benefício, que começa com 60% da média dos salários de contribuição mais 2% para cada ano de contribuição que exceder a 20 anos.

E os/as professores/as federais?

Para facilitar a compreensão do impacto da Reforma na vida dos docentes, a Apub solicitou ao Departamento Inter-sindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) a elaboração



de uma nota técnica que destrincha as consequências para a categoria, com explicações mais detalhadas sobre acúmulo de benefícios, regras de transição, alíquotas contributivas e pensão por morte (a nota na íntegra está disponível no site www.apub.org.br). O essencial, no entanto é considerar que a maior parte da categoria irá se enquadrar na primeira regra de transição, que possui uma idade mínima menor (56 anos para mulher e 61 para homem), porém sujeita a aumen-

to progressivo, e considera também o tempo de contribuição. Para saber como será o cálculo do seu benefício, o/a professor/a deve atentar para o seu ano de ingresso no serviço público. Docentes da 4ª geração (ou seja, ingressantes após a regulamentação do Funpresp) já estão submetidos ao teto do Regime Geral; quem é da 3ª geração (entre 2003 e 2013) se encaixará na regra dos 60% a partir de 20 anos de contribuição mais 2% por ano excedente, porém sem o limite

do teto. Professores/as das 1ª e 2ª gerações (antes de 2003), que ainda têm paridade e integralidade, poderão mantê-las desde que cumpram um pedágio de 100% do tempo que falta para a aposentadoria no momento da promulgação da PEC.

Vale lembrar que a PEC ainda está em processo de votação. No dia 13 de agosto acontece a próxima mobilização nacional em defesa da Educação Pública e da Aposentadoria. ■

REGRA GERAL COM A APROVAÇÃO DA REFORMA - PARA DOCENTES FEDERAIS

REQUISITOS

Mulher

62 anos de idade
25 anos de contribuição
10 anos de serviço público
05 anos no cargo

Homem

65 anos de idade
25 anos de contribuição
10 anos de serviço público
05 anos no cargo

CÁLCULO DO VALOR DO BENEFÍCIO

70% + **2%** + ... = **100%**
Da média de todos os salários, com 25 anos de contribuição A cada ano a mais trabalhado Da média de todos os salários, após 40 anos de contribuição

REGRAS DE TRANSIÇÃO

1. POR PONTOS

Benefício: para quem ingressou após 31/12/2003, o cálculo será igual ao da Regra Geral da Reforma. Sendo que para quem ingressou após 2013 ou migrou para o FUNPRESP, o valor máximo será o teto do RGPS.

Mulher

+ 56 anos de idade
+ 30 anos de contribuição
= 86 pontos (em 2019)*

Homem

+ 61 anos de idade
+ 35 anos de contribuição
= 96 pontos (em 2019)*

Ambos com 20 anos no serviço público e 5 anos no cargo

2. PEDÁGIO

Cumprir pedágio de 100% do tempo que falta para atingir o tempo de contribuição.

Benefício: paridade e integralidade para ingressos antes de 31/12/2003.

Mulher

57 anos de idade
30 anos de contribuição

Homem

60 anos de idade
35 anos de contribuição

Ambos com 20 anos no serviço público e 5 anos no cargo

Future-se: de volta ao Brasil sem direitos



No dia 16 de julho, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub anunciou o programa Future-se, que propõe medidas de financiamento privado para as universidades federais e mudanças no formato de gestão. O projeto tem gerado questionamentos tanto pela forma que foi apresentado à comunidade acadêmica quanto pelo seu conteúdo que coloca o debate na mesa: qual modelo de Universidade queremos e para que e quem deve servir a produção do conhecimento.

O governo Bolsonaro avança, a passos largos, contra as Universidades e Institutos Federais brasileiros. Desde antes da eleição presidencial, apoiadores e o próprio Jair Bolsonaro promovem campanhas de difamação, utilizando-se de fake news, de modo a deslegitimar o conhecimento científico produzido e o ambiente universitário. Os principais alvos de perseguições e ameaças foram os docentes, principalmente das áreas de humanas e pesquisadores em questões relacionadas aos direitos humanos.

Agora, em canetadas autoritárias, o governo federal ataca em outra frente: promove a asfixia financeira das universidades públicas, através do bloqueio de verbas – 30% dos orçamentos das IFES – e, desonestamente, acusa de ineficiência e responsabiliza o atual modelo de gestão autônoma pela crise orçamentária.

OS ATAQUES NÃO SÃO RECENTES

É preciso contextualizar que de 2015 para cá, as IFES vêm sofrendo sucessivos contingenciamentos e cortes em seus recursos, quadro intensificado pela promulgação da Emenda Constitucional 95 que impõe o congelamento dos gastos públicos por 20 anos. A UFBA, por exemplo, teve cerca de R\$ 48 milhões bloqueados neste primeiro semestre de 2019, o que já causou demissões de tercei-

zados e redução do horário de funcionamento durante as férias letivas, e coloca em risco o funcionamento pleno de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão neste segundo semestre.

Apesar do processo de desinvestimento, as universidades públicas permanecem como as principais responsáveis pela produção científica

brasileira em diferentes áreas do conhecimento. Em estudo disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), das 20 instituições brasileiras que mais produziram pesquisa científica entre 2011 e 2016, 15 eram universidades federais e cinco estaduais; são as universidades públicas responsáveis por 90% das pesquisas científicas no Brasil.

// Nossa preocupação com o Future-se decorre principalmente de que ele se institui a partir de uma condicionante: a renúncia à autonomia”
Raquel Nery -
Presidenta da Apub

PONTOS OBSCUROS, INTERESSES ESCUSOS

Em meio às denúncias dos cortes e suas reverberações, o governo anuncia o “Future-se”, apontando como solução para o estrangulamento fiscal a “liberdade para busca de recursos privados”, o “empreendedorismo” dos docentes e a concorrência interna entre os cursos, além de fundos privados negociados na Bolsa de Valores para financiamento de projetos que atendam aos interesses do mercado. Por outro lado, a gestão ficaria a cargo de Organizações Sociais, entidades privadas que poderiam atuar em diferentes áreas das instituições, interferindo diretamente na determinação dos recursos ou, como anunciou o próprio Ministro da Educação, na con-

tratação de professores/as sem passar por concurso público. Além disso, consta no programa a criação de um Comitê Gestor, mas nada se fala sobre a regulamentação e composição deste.

O programa prevê ainda a implantação da Gratificação por Desempenho, modelo que, segundo explica Eduardo Rolim, diretor do PROIFES-Federação, “já existiu no Brasil, entre 1998 e 2008, e fracassou. Não queremos que volte, porque tivemos uma grande diminuição da capacidade da universidade fazer pesquisa, avançar e produzir conhecimento naquela época. Precisamos de valorização salarial

dos professores e, mais do que isso, de recursos para pesquisa. Esse modelo de gratificação variável desvaloriza e precariza a vida dos professores”, afirma Rolim.

Em Carta, resultante da Reunião do Conselho Pleno da entidade, no dia 26 de julho, a Andifes - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior afirmou que “além desses aspectos estruturantes, que podem comprometer a natureza da instituição e reduzir o compromisso do estado com o financiamento público do ensino superior, foi observado que o Programa exige a modificação explícita de 16 leis vi-

gentes, contrariando ainda normativas dos órgãos de controle, no que se refere ao trânsito de recursos privados e recursos públicos”. A entidade pondera ainda que “em vez de centrar esforços na retirada dos efeitos perversos da Emenda Constitucional 95, que atingem todo o serviço público e, especialmente, a educação, o Programa oferece uma solução apenas para aquelas instituições que se disponham a renunciar à forma atual de exercício da autonomia garantida pela constituição e a aderirem a um fundo de investimento, sem que estudos mais detidos amparem ou corroborem a viabilidade desse Fundo, mesmo no longo prazo”.

EDUCAÇÃO SOB A LÓGICA DO MERCADO

Se a lógica norteadora do Future-se é a captação de recursos em busca de financiamento para pesquisas, cabe considerar quais locais e áreas serão mais atrativos para as supostas empresas interessadas - as Engenharias, Medicina, Administração e ou-

tras áreas com maiores capacidades de geração de lucros no curto prazo, ao passo que as pesquisas sociológicas, historiográficas e afins, assim como as Universidades e Institutos longe dos grandes centros urbanos poderão sofrer com falta de

recursos. De qualquer forma, sabe-se que as Universidades já fazem parcerias e convênios com empresas públicas e privadas. O Confies (Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e

Tecnológica) reúne 96 fundações de apoio à pesquisa científica que atuam em 130 instituições públicas de ensino justamente na captação de recursos. No entanto, as desigualdades regionais e de investimento ainda persistem.

E A AUTONOMIA?

Todos estes movimentos engatilhados compõe uma estratégia que conjuga privatização e financeirização da educação pública, parte da política econômica ultraneoliberal adotada, com a guerra ideológica que combate a liberdade de pensamento e de produção do conhecimento, ação tipicamente autoritária.

E, por isso, a autonomia administrativa, financeira e acadêmica da Universidade, tal como a manutenção do seu caráter público são princípios fundamentais, porque a produção do conhecimento não pode ficar à mercê dos governantes, do mercado e de políticas de ocasião. “Nossa preocupação com o Future-se de-

corre principalmente de que ele se institui a partir de uma condicionante: a renúncia à autonomia”, explica a professora Raquel Nery, presidenta da Apub. “Estamos diante de uma proposta em que o Estado, ao tempo em que se desresponsabiliza, entrega aos humores sempre instáveis do mercado financeiro as necessida-

des fundamentais de uma parte de nosso sistema educacional, aquela que é a mais estrategicamente articulada ao desenvolvimento do país”, denuncia.

FUTURE-SE

► JORNADAS PELA EDUCAÇÃO

É tempo de luta

Os primeiros 200 dias do governo Bolsonaro foram definidos por diversas tentativas de retirada de direitos. Não obstante, foram também marcados por muita luta para impedir a consolidação de um projeto de país tão destrutivo. Desde o início do ano, a Apub, com seus professores e professoras, está em constante estado de mobilização ao lado de outras instituições, estudantes e movimentos sociais. Para além das iniciativas institucionais,

como notas de repúdio, Assembleias Gerais, coleta de assinaturas para o abaixo-assinado contra a Reforma da Previdência, esta luta também tem se consolidado nas ruas, com participação popular e adesão crescente da categoria docente. Um dos marcos dessa mobilização foram as JORNADAS DE MAIO pela Educação, cujo espírito devemos manter nos desafios de agora e dos que ainda estão por vir.

1º de Maio

No Dia Internacional dos/as Trabalhadores/as, 1º de maio, a Apub Sindicato participou do ato unificado das centrais sindicais, em Salvador, em defesa da previdência social e da aposentadoria.



06 de Maio

Plenária Unificada
A comunidade universitária realizou Plenária e um grande ato de rua em defesa da universidade e da educação pública, ameaçadas pelo corte de cerca de 30% do orçamento anunciado pelo MEC. Os cortes foram direcionados inicialmente à UFBA, UnB e UFF, sob o pretexto de desempenho acadêmico insuficiente e "balbúrdia"; mas depois foi estendido a todo o ensino superior.



07 de Maio

Assembleia Geral
Foi aprovada a adesão à Greve Geral da Educação, convocada para o dia 15 de maio e à Greve Geral dos/as Trabalhadores/as do dia 14 de junho. A assembleia contou com 255 professores/as e também com representações da Assufba Sindicato, DCE/UFBA e do Sinasefe.



14 de Maio

Plenária na UNILAB
A luta em defesa do campus dos Malês da Unilab (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) unificou a comunidade universitária numa plenária. Compuseram a mesa representações da Apub, Assufba e Dce/Malês, assim como da prefeitura do município, vereadores e a deputada estadual Olívia Santana (PCdoB).



15 de Maio

Greve da Educação
A Apub se uniu a diversas entidades ligadas à educação em um grande ato de rua contra a Reforma da Previdência e cortes no ensino básico e superior. A concentração do grupo da UFBA aconteceu na Escola de Belas Artes; em seguida, o grupo se uniu aos demais manifestantes na Praça do Campo Grande. Cerca de 70 mil pessoas marcharam até a Praça Castro Alves.



EXIGIMOS RESPEITO A
POLÍTICA DE PERMANÊNCIA

15 de
Maio

Ato em Vitória da Conquista
Docentes do Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS) da UFBA marcaram presença no ato contra a Reforma da Previdência e os ataques à Universidade pública.



30 de
Maio

30M pela educação
Convocado pelo movimento estudantil e apoiado por diversos setores, o ato levou cerca de 60 mil pessoas às ruas de Salvador. A Apub, Assufba e DCE/UFBA realizaram a concentração para a manifestação na Reitoria da universidade, onde foi fixada a faixa "Em defesa da Educação", semelhante a que foi arrancada da reitoria da Universidade Federal do Paraná por apoiadores do governo.



30 de
Maio

Ato na UNILAB
Em São Francisco do Conde (BA), também houve ato em defesa da educação e da UNILAB. Estudantes, docentes e técnicos-administrativos do campus dos Malês da universidade realizaram caminhada da praça do Globo até a Câmara Municipal.



14 de
Junho

Greve Geral dos/as Trabalhadores/as
Os atos e paralisações que ocorreram em todo o país tiveram como pauta principal a oposição à Reforma da Previdência. A Apub esteve presente na paralisação da Rótula do Abacaxi pela manhã, e na manifestação na região do Iguatemi. No turno da tarde, um grande ato levou milhares de pessoas, novamente, às ruas de Salvador.



2 de
Julho

Cortejo 2 de Julho
A Apub esteve presente no desfile de 2 de julho, dia da Independência da Bahia. A data é um marco importante na História do Estado e também do Brasil. Nas camisas e materiais, professores e professoras expuseram a campanha "A Universidade Pública Muda Vidas. Lute por ela".

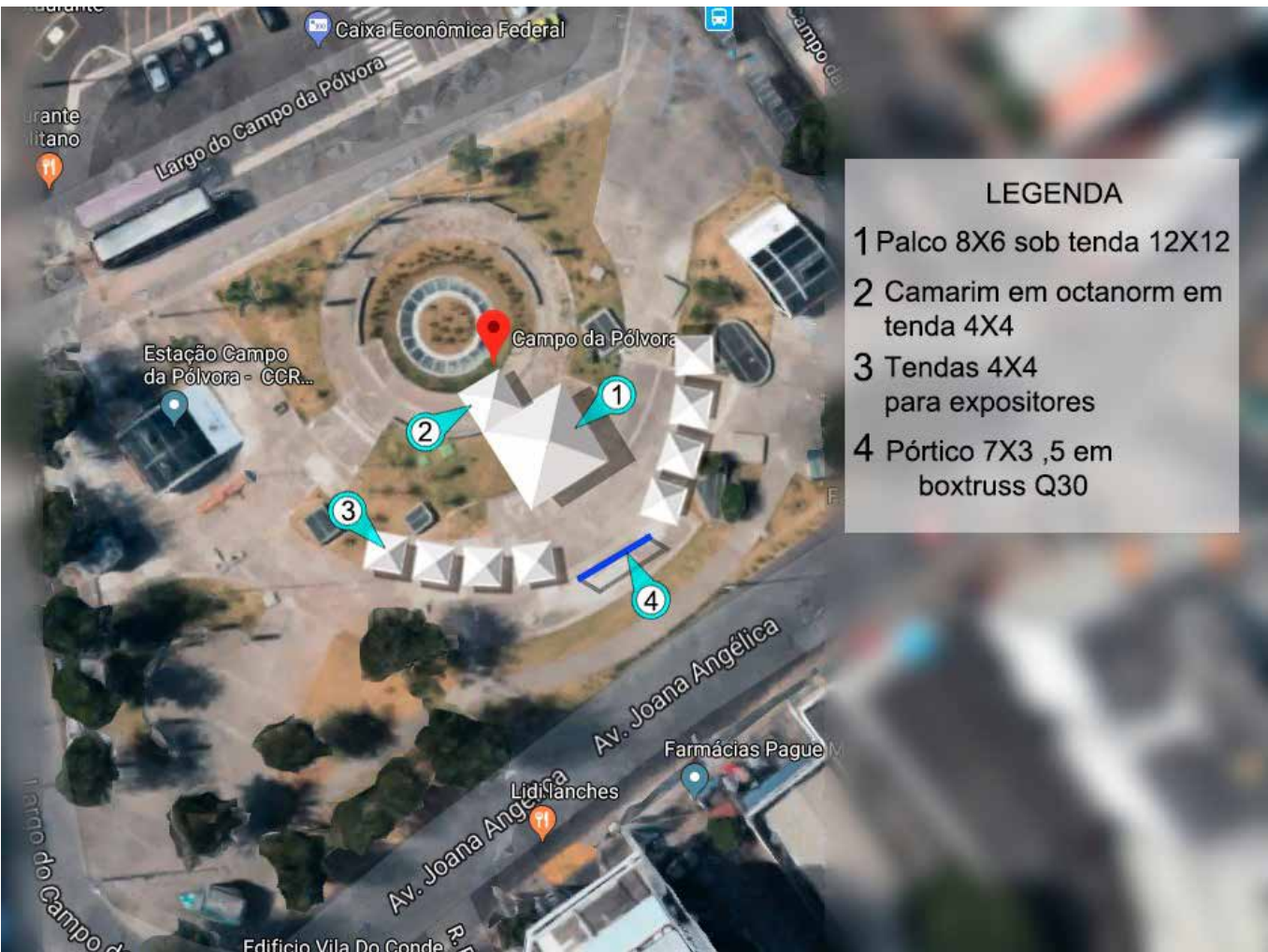


Docentes organizam exposição das atividades e projetos da UFBA

No dia 24 de julho, mesmo durante as férias acadêmicas da UFBA, professores e professoras se mobilizaram e estiveram presentes na primeira reunião para organizar a “Feira do Conhecimento” – nome ainda provisório – evento que visa expor para a sociedade o que é produzido na Universidade Pública. A realização do evento foi proposta e aprovada em Assembleia Geral da Apub.

Na reunião, compareceram representações de doze unidades da UFBA e também da Pró-reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil. A coordenação foi da presidenta do sindicato, professora Raquel Nery. Ela ressaltou que a ideia da Feira surgiu no contexto das “Jornadas de Maio” pela Educação e da necessidade identificada naquele momento de propor novas formas de mobilização além dos atos de rua; também, de mostrar a Universidade como um espaço aberto a todos e todas e sua importância para a vida cotidiana. A professora apresentou o pré projeto da estrutura da “Feira”, cuja responsabilidade de financiamento será exclusivamente do sindicato e afirmou que espera contar com a mobilização e criatividade das unidades para participar. Serão montadas, por uma empresa contratada pela Apub, entre oito e 10 tendas 4x4m para a exposição das atividades, mais um “coreto” central com um palco 8x6m.

A ideia é que as unidades pensem suas atividades e exposições de forma conjunta para compartilhar o espaço disponível e busquem propostas que despertem o interesse do público e mostrem o impacto da produção do conhecimento na vida cotidiana. Manifestou-se o desejo entre os/as presentes em evitar a divisão por áreas, realizando uma abordagem interdisciplinar e construindo para o público uma narrativa sobre a universidade. Foram sugeridas apresentações musicais, palestras sobre sustentabilidade e astronomia, oficinas de reciclagem e apresentações de projetos de pesquisa e informações relevantes sobre a UFBA, como da-



Vista aérea do Campo da Pólvora

dos de acesso e permanência. Outro ponto discutido foi que jovens estudantes da periferia da cidade, muitas vezes, não têm a UFBA no seu horizonte como uma possibilidade concreta de ingresso no ensino superior. É um dos objetivos da “Feira”, através de uma parceria com a APLB Sindicato, levar estudantes de escolas públicas para conhecerem e se familiarizarem com a Universidade.

Após algumas considerações sobre a exiguidade do tempo e dificuldades de mobilização durante o período de recesso acadêmico, foi apontada a data de 30 de agosto (sexta-feira) para a realização do evento. O local será a praça do Campo da Pólvora, devido à facilidade de acesso, disponibilidade e tamanho condizente com a estrutura pretendida. A duração prevista da “Feira” é das 13h às 20h e, nesse período, devem acontecer



Docentes discutem Feira do Conhecimento em reunião

apresentações artísticas no palco central, a exemplo de coral, música popular, declamação de poesia, peças, oficinas, performances ou outras intervenções.

No encontro, foi formada uma Comissão para auxiliar o sindicato na organização e mobilização para o

evento formada por: Izaura Cruz (Proae), Nanci Novais (Belas Artes), Ana Carolina Pereira (FFCH), José Roque Carvalho (Química), Teca Gondim (Música).

Uma nova reunião será realizada no dia 15 de agosto, na expectativa de envolver mais unidades. ■